ADUNIOESTE**SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE**
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)**PRESIDENTE DA ADUNIOESTE ALERTA DOCENTES:
CÂMARA VOTA ATAQUES CONTRA SERVIDORES**

Em entrevista concedida para tv Imago/Unioeste, no dia de hoje, Luiz Fernando Reis, presidente da Adunioeste - Sindicato de Docentes da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná alerta os docentes sobre o ataque do governo federal contra os serviços públicos e contra os direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Quais são os projetos em trâmite no Congresso Nacional?

Tal ataque é implementado especialmente por meio do PLP 257/2016 enviado ao Congresso Nacional pela então presidente Dilma e pela PEC 241/2016 de autoria do presidente interino Michel Temer.

O que preveem tais iniciativas do Governo Federal?

O PLP 257/2016 e a PEC 241 fazem parte do processo de negociação das dívidas dos estados iniciado ainda no governo Dilma e aprofundado no governo golpista de Temer. Todos os estados já assinaram um acordo de renegociação de suas dívidas junto ao governo federal. Nesse acordo os governadores assumiram o compromisso de adotarem, até o final deste ano, uma série de medidas que, se implantadas, irão atingir o serviço público e o financiamento das políticas sociais, como é o caso da educação e saúde.

O PLP 257/2016 e a PEC 241 preveem a drástica redução dos gastos com pessoal e para tanto o governo estadual irá suspender o reajuste anual de salários e a realização de concurso público para contratação de novos servidores. Irá propor, ainda, um programa de demissão voluntária e aumentar a contribuição dos servidores de 11% para 14% e instituir previdência complementar. Além disso, se aprovadas tais propostas, o governo estadual, para reduzir os gastos com pessoal, fica proibido de criar novos cargos públicos ou de alterar a carreira dos servidores. Sendo assim, fica inviabilizada a realização de concurso para contratação de professores e a negociação que vem sendo realizada para alteração do percentual pago aos docentes a título de Adicional de Titulação e uma nova forma de acesso a Classe de professor Titular.

O governo estadual poderá deixar de pagar benefícios, promoções e progressões previstas atualmente em nossa carreira, como é o caso do quinquênio, da promoção de classe quando o professor conclui o doutorado, por exemplo, ou a progressão dentro da mesma classe que ocorre a cada dois anos quando o professor

adjunto avança do nível A para o Nível B. Mas há algo ainda pior. O quinquênio e as licenças que atualmente são previstas em nossa carreira poderão ser suprimidas, ou seja, daqui para frente poderão deixar de existir, como já ocorre no caso dos servidores federais.

Por último, se aprovados tais projetos, haverá uma drástica redução dos recursos previstos para o financiamento da educação e saúde, por exemplo. Para garantir o pagamento da dívida pública, não haverá mais a vinculação constitucional para o financiamento de tais despesas. Os governos poderão aumentar as despesas apenas de acordo com a inflação do ano anterior e não mais de acordo com o crescimento das receitas. Isso significa, no caso do Paraná, que se tais medidas fossem aplicadas no período de 2011 a 2015 a educação e a saúde, por exemplo, teriam perdido aproximadamente 30% dos recursos executados, em função do crescimento real da receita do estado. Se a situação do financiamento das universidades paranaenses já é preocupante, com a aprovação de tais medidas a situação se tornaria dramática. Paira uma grave ameaça contra a educação, a saúde e os demais serviços públicos.

O que fazer diante dessas graves ameaças representadas pelo PLP 257 e pela PEC 241?

Resistir. Convidamos a todos os docentes, estudantes e agentes universitários a cerrarmos fileiras na defesa dos serviços públicos e de nossos direitos. Para tanto, a Adunioeste tem acompanhado diuturnamente a tramitação de projetos, tem discutido com outras entidades uma série de mobilizações para deter o grave retrocesso representado pelo PL 257 e pela PEC 241. Organizaremos em todos os campi seminários para discutir tais medidas e especialmente para discutir diferentes formas de mobilização dos professores da Unioeste para impedir a aprovação dos tais projetos. Participaremos de atividades em Brasília com outras entidades organizadas no Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais, iremos engrossar um grande Ato Nacional que deverá ocorrer em Brasília em meados de agosto. Convidamos todos os docentes para se unir e participar de todas atividades que serão organizadas pela Adunioeste.

O momento é grave. Precisaremos de toda a nossa energia, disposição e capacidade de organização coletiva para resistir a tais ataques. Temos convicção que, assim como fizemos no passado, poderemos impedir a aprovação de tais medidas e preservar o serviço público de qualidade, a educação e a saúde como um direito inalienável da população brasileira.

**UNIDOS GARANTIREMOS O RESPEITO AOS NOSSOS DIREITOS!
NENHUM DIREITO A MENOS!**